

Confederação das indústrias prevê cenário econômico ainda moderado

De acordo com relatório da CNI, o principal fator que restringe a capacidade de reação do PIB brasileiro é o processo inacabado de ajuste das finanças públicas, em meio às incertezas políticas

MÔNICA BAPTISTELLA • SÃO PAULO

Diante das incertezas em relação às eleições e ao ajuste das contas públicas, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) mantém as previsões que apontam para um moderado desempenho da economia brasileira neste ano.

Para a entidade, a estimativa é de que o Produto Interno Bruto (PIB) do País crescerá 2,6% neste ano e o PIB industrial terá expansão de 3%. Os investimentos aumentarão 4% e, o consumo das famílias, 2,8%. A taxa média de desemprego ficará em aproximadamente 11,8%.

O relatório, divulgado ontem (12) destaca que, mesmo com o cenário externo favorável, a queda da inflação e a redução dos juros, o ritmo de recuperação da economia é moderado e o País não conseguirá recuperar, no médio prazo, as perdas causadas pela recessão dos últimos anos.

“A crise enfrentada pelo País se mostrou mais longa do que o esperado e gerou uma crise fiscal, o qual afetou tanto consumidores quanto empresas e governos, deixando todos endividados. O reflexo disso é visível na queda dos investimentos públicos, no consumo da população e no crescimento das empresas, gerando ociosidade e desemprego”, explicou Marcelo Azevedo, economista da CNI, ao **DCI**.

Ainda segundo o relatório, o principal fator que restringe a capacidade de reação da economia brasileira é o processo inacabado de ajuste das finanças públicas, que seria também a causa da recessão dos últimos anos.

Além do adiamento da reforma da Previdência, a falta de definição do quadro eleitoral é outra fonte de incertezas sobre o ajuste fiscal. “A Previdência é o principal, mas não é o único elemento de preocupação com a expansão contínua dos gastos públicos. Medidas de disciplinamento dos gastos com pessoal são igualmente indispensáveis”, alerta a CNI. 1

INFORME

A indefinição do quadro eleitoral é fonte de incerteza quanto ao prosseguimento do ajuste necessário que deverá ser imposto ao governo eleito e ao novo legislativo, o qual irá avaliar as medidas do ajuste.

“O novo governo deverá adotar a pauta da reforma previdenciária para equilibrar suas contas, mas medidas macroeconômicas, como propostas nas áreas regulatórias, poderiam ser feitas ainda este ano, para incentivar a competitividade no mercado, visando uma reação da economia”, comenta Marcelo Azevedo.

Previsões

Segundo a CNI, a recuperação do mercado de trabalho, iniciada em 2017, deve se intensificar em 2018, com a criação de mais postos de trabalho. A perspectiva positiva deve-se ao maior crescimento da atividade econômica esperado para o ano, e pela melhora no ambiente de negócios proporcionada pela modernização das leis trabalhistas.

Apesar disso, a taxa de desemprego ainda seguirá em patamares muito altos quando comparados ao período anterior à crise.

A reação do indicador dependerá da força e da consistência da recuperação da atividade.

A previsão é de que a taxa de desemprego média em 2018 alcance 11,8%, ficando assim 0,9% abaixo da registrada em 2017, de 12,7%.

A elevada ociosidade da economia, porém, tem contribuído para o bom comportamento da inflação.

A inércia inflacionária, o câmbio relativamente estável, ainda que com oscilações recentes, e as expectativas dentro das metas também favorecem a dinâmica dos preços observada neste início do ano.

A inflação deve permanecer em níveis baixos, enquanto é esperada leve aceleração do IPCA para 3,7%, dentro do intervalo da meta, que varia entre 3,0% e 6,0%.

(Fonte: Valor Econômico – 13/04/2018)

Governo propõe salário mínimo de R\$ 1.002 para 2019

Segundo Ministério do Planejamento, que divulgou nesta quinta-feira o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), plano é elevar o mínimo para R\$ 1.076 em 2020 e R\$ 1.153 em 2021

O Estado de S.Paulo

O governo propôs um salário mínimo de R\$ 1.002 para o ano que vem, R\$ 1.076 para 2020 e R\$ 1.153 em 2021.

A informação foi dada nesta quinta-feira, 12, pelo Ministério do Planejamento, por meio do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Se confirmado o valor, esta será a primeira vez o salário mínimo federal rompe a barreira dos R\$ 1 mil. Atualmente, o valor do mínimo é de R\$ 954.

O último reajuste aconteceu em dezembro de 2017, passando a valer no dia 1º de janeiro de 2018.

O reajuste foi de 1,81% em relação ao valor fixado para o mínimo no ano anterior, de R\$ 937.

No decreto, o governo salientou que o valor diário mínimo pago ao trabalhador brasileiro foi de R\$ 31,80 e a hora trabalhada ficou cotada em R\$ 4,34.

(Fonte: Estado de SP – 13/04/2018)